



Funaro: nada de monitoramento pelo Banco Mundial

País conta com o aval do Bird para negociar dívida

Sai FMI, entra Banco Mundial. O ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, admitiu ontem que a comissão de técnicos do Banco Mundial que chega na próxima semana ao Brasil para avaliar a política econômica brasileira, desempenhará papel importante na negociação da dívida externa, pois o seu aval à mesma contribuirá para facilitar os acertos do Governo com os credores internacionais. Nesse sentido, o Banco Mundial executará o papel antes reservado ao Fundo Monetário Internacional, de acompanhar de perto a execução da política econômica sem, porém, exercer o monitoramento nos moldes feitos pelo Fundo. O monitoramento, assegurou o ministro, não será permitido.

Todos os atuais programas de investimentos ao Governo Federal, aos governos estaduais e aos municípios financiados pelo Banco Mundial deverão ser novamente analisados e serão dadas prioridades aos programas mais urgentes. O Governo, acrescentou, está reivindicando um empréstimo de 2,5 bilhões de dólares junto ao Banco Mundial, mas como tem que pagar de juros e amortizações algo em torno de 1,2 a 1,5 bilhão de dólares, só embolsará cerca de 700 milhões de dólares.

Serão dadas prioridades aos programas agrícolas e os do setor elétrico. Aos primeiros serão desembolsados cerca de 1 bilhão de dólares e para o setor elétrico, cerca de 1 a 1,5 bilhão de dólares. Parte desses recursos já está sendo investido com financiamentos desembolsados anteriormente.

Os recursos a serem levantados junto ao Banco Mundial são fundamentais para concretizar o plano externo do Governo. Esse ano, frisou o ministro, o Governo precisará de 12 bilhões de dólares para cumprir seus compromissos financeiros. Dos 12 bilhões de dólares, 8 bilhões serão obtidos com superávits comerciais (Funaro não ava-

lizou previsões de empresários exportadores segundo as quais não será possível alcançar tal superávit), enquanto os outros 4 bilhões serão levantados junto aos credores. Dos 4 bilhões, 2 bilhões serão levantados junto ao Banco Mundial, e os 2 bilhões de dólares restantes junto aos credores particulares.

E por isso que a avaliação que o Banco Mundial fará do programa econômico, esta sendo esperada com grande expectativa. Sobre o programa econômico, Funaro destacou que o mesmo foi muito bem recebido pela direção do Banco Mundial e acha que não haverá maiores dificuldades para que os técnicos do banco o avaliem positivamente. Se isso acontecer, disse, facilitará bastante as negociações com os credores particulares, que esperam o resultado dessa avaliação.

Sobre a possibilidade de o Banco Mundial executar um monitoramento da economia brasileira nos moldes realizados anteriormente pelo FMI, Funaro descartou tal hipótese. Disse que o Brasil faz parte do Fundo Monetário Internacional e na condição de integrante não fugir a um acompanhamento da sua economia por parte da instituição. Entretanto, o monitoramento executado nos moldes tradicionais, para acompanhamento de políticas econômicas brasileiras não será permitido, bem como o Governo não baterá às portas da instituição para levantar empréstimos *stand-by* que implicam, necessariamente, na adoção do monitoramento.

Funaro assegurou estar otimista com a receptividade obtida pela tese que defendeu na reunião do comitê interino do FMI, de que o ajustamento dos países devedores passa obrigatoriamente pelo crescimento econômico e não pela recessão, que não resolverá o problema, ao contrário, o agravará.

Tanto o presidente do Banco Mundial, Barbier Conable, como o diretor

gerente do FMI, Michel Candessus, e o presidente do Banco Central norte-americano, Paul Volcker, concordaram que não haverá saída para os países devedores fora do crescimento econômico. Trata-se de uma vitória, disse, se for comparada tal postura com as adotadas pelas autoridades econômicas e representantes dos credores internacionais em pronunciamentos feitos durante oportunidades anteriores em reunião do comitê interino do Fundo. No ano passado, os discursos frisaram a necessidade de os países devedores darem prioridade aos ajustes dos seus respectivos balanços de pagamentos, enquanto, agora, focalizam outro ângulo do problema, ângulo este que é o defendido pelo Brasil.

Independentemente, porém, da compreensão manifestada por autoridades econômicas dos países desenvolvidos e credores da dívida externa, a conclusão das negociações externas, que se iniciarão brevemente (o ministro não fixou datas), não se dará em curto prazo. Funaro citou o exemplo do México, que mesmo submetendo-se ao FMI, está negociando desde setembro do ano passado e ainda não completou os acertos. Concordeu que é imprevisível o tempo de duração da negociação, mas enquanto a mesma durar, garantiu, o Governo vai manter suspenso o pagamento dos juros.

Não se trata de pressão, frisou, mas de proteção das reservas cambiais. O ministro disse que o Governo quer promover uma renegociação do estoque total da dívida, mas deixou claro que as formas de obtenção de novos recursos necessariamente não implicarão em desembolsos de novos recursos. Novos tipos e alternativas de negociação estão e poderão ser contempladas. Antes, porém, destacou, o Governo não abrirá mão de negociar um custo mais baixo para a rolagem da dívida, bem como maior prazo de pagamento.